

RESENHA

MROS, Günther Richter. O Brasil nas guerras dos outros. Itapiranga – SC: Schreiber, 2013.

Sabrina Monteiro de Sousa¹

A balança de poder da ordem internacional foi continuamente movida por potências do continente europeu, todavia, ao longo do tempo, mudanças sistêmicas devido a sua instabilidade proporcionaram a participação de novos atores. Conflitos internacionais, como a Era Napoleônica demandaram uma reordenação na Europa, por meio do Congresso de Viena (1814-1815), tendo assistência dos principais Estados europeus, na ocasião, o que se refere à Áustria, Prússia, Rússia, Grã-Bretanha e França. A partir disso, essas potências assumiram a liderança de conferências com disposição para a paz e segurança do sistema internacional.

O surgimento de uma nova ordem com a Primeira Guerra Mundial representa, em essência, a primeira mudança sistêmica desde a última grande convenção, o Congresso de Viena. Assim, o Tratado de Versalhes permite a

representação de outros continentes atuantes na guerra, a exemplo dos Estados Unidos e do Japão. A “pentarquia”, antes exclusivamente europeia, passa a assumir caráter global, que apenas promove a alternância de alguns atores e adquirem o poder de veto com o Conselho de Segurança após a Segunda Guerra. Diante disso, Günter Mors, professor da Universidade Federal de Santa Maria, constrói em seu livro “O Brasil na guerra dos outros” o conceito de estrutura pentárquica e sua transformação de poder europeu para poder global, assumindo novos significados com as transições internacionais.

Comprometido em analisar a participação do Brasil nas grandes Guerras, Günter apresenta a ressignificação da modelagem internacional anterior aos conflitos e conforme as eventualidades, situando a

atuação do território brasileiro frente a esse ínterim. Assim, a ordem internacional do sistema recém institucionalizado por meio do Congresso de Viena passou a sofrer crises sistêmicas, visto que os impérios ansiavam por expansão territorial econômica e definição de seus conceitos individuais de nação, não satisfeitos com a estrutura vigente.

Apesar da Primeira Guerra Mundial ter como estopim o assassinato do arquiduque austríaco Franz Ferdinand, outros fatores foram significativos, como os conflitos entre potências imperialistas, o movimento pan-eslavista e o estabelecimento de alianças a partir da insegurança gerada pelo sistema internacional. Vale destacar que a construção da ideia de nação impende em todos os antecedentes desse primeiro embate internacional, por estar inerente ao poderio dos impérios e como ele se apresenta para as outras nações, em função disso destaca-se a relevância do papel das Forças Armadas. A tardia unificação italiana e alemã são exemplos de como essa definição influencia na percepção daqueles países diante das demais potências.

Nesse sentido, os embates e incertezas em virtude da caixa preta do Estado incidem na Primeira Grande

Guerra. Esta não se restringe apenas aos campos de batalha, mas alcança os cidadãos comuns, a vida social das mulheres que ganham espaço no mercado de trabalho devido à ausência dos maridos e proporciona transformações tecnológicas em contraste com a insalubridade das trincheiras. Além disso, a guerra atuou como um artifício para a unicidade popular, por via emocional, aderindo à preservação do status de sua comunidade.

O desenvolvimento da Segunda Guerra permite notar uma vulnerabilidade na segurança estabelecida com as Nações Unidas pelas hegemonias ressignificadas. A formação de ideologias em países como a Alemanha tornou o Estado uno com a vida privada dos cidadãos, pondo fim aos conceitos de liberdade e democracia. A expansão de Hitler não restrita ao território europeu, mas visando parte da África e América Latina evidencia esse olhar apático da pentarquia à Segunda Guerra que estava se constituindo. Entretanto, diferente do fim da Primeira Guerra, a reordenação da paz internacional se deu sob a autoridade das principais potências envolvidas, a partir de Conferências “secretas”, como a de Teerã, Yalta e, a mais importante para os

princípios da Guerra Fria, a Conferência de Potsdam, que propôs a divisão do território alemão.

Günter define uma releitura acerca da ordem internacional de 1917 pela institucionalização e alteração da hegemonia compartilhada, mas não equilibrada, notada pelo espaço conquistado pelos Estados Unidos. Todavia, a manutenção da balança de poder agora com o veto disposto no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) dificulta ainda mais a atuação das potências regionais, que apesar de construírem um espaço no sistema internacional por meio das guerras não tiveram autoridade cedida pelas potências.

Entre as potências regionais que cumpriram papel nas guerras, mas sem reconhecimento por sua postura histórica na reordenação da paz, encontra-se o Brasil. Com influência no plano interno brasileiro, as guerras provocaram mudanças sistêmicas na construção de uma identidade nacional em uma República recente. Diante disso, Günter passa a defender a existência de um mesmo processo histórico, duas fases, mas com o mesmo foco embora marcado por governos distintos, sendo Wenceslau Braz presidente na Primeira Guerra Mundial e Getúlio Vargas na Segunda

Guerra. Os dois eventos centrais para o fim da neutralidade brasileira e declaração de guerra à Alemanha não se diferem entre os períodos, o que garante uma genuinidade à análise de Günter.

Nesse sentido, o Exército brasileiro teve de se reinventar, atuando para o afinco de símbolos que instituíssem a identidade da Nação brasileira. A fim de garantir maior integridade à essa instituição, o recrutamento antes marginalizado passou a ser uma possibilidade de ascensão social meritocrática. Sob esse aspecto, a contribuição francesa foi de suma importância para a solução de problemas internos como a ineficiente profissionalização militar.

A postura adotada pelo Brasil durante as guerras, além da reafirmação da identidade interna, trouxe um balanceamento entre relações de verdadeira cooperação e de litígios intransponíveis com a Argentina. As dificuldades de comércio geradas contribuíram para a unidade da geopolítica latina e inserção internacional das Américas, uma vez que o isolamento forçado atizou uma reação identitária dos países. A participação na Primeira Guerra se deu de maneira tibia, a posteriori foi levada por uma pressão de Washington. A Argentina, como exceção, manteve sua

neutralidade, produzindo desconfiança em virtude do expansionismo alemão nas Américas. Uma batalha ideológica se idealizava na América Latina.

A participação efetiva brasileira nas guerras gerou no plano interno um forte antagonismo a qualquer aspecto germânico, uma vez que o país passava por uma ressignificação da sua nacionalidade, afetando os imigrantes refugiados. A influência francesa em antítese à alemã afetou inclusive a cultura e intelectualidade, atuando como formadora da opinião pública contra os crescentes imigrantes alemães e a preservação de sua cultura. Importa destacar que o “perigo alemão”, para além das barreiras comerciais, efetivou o abandono da neutralidade brasileira em troca de uma adesão às alianças ocidentais. Essa temeridade foi oportunidade para os Estados Unidos montarem uma base militar no nordeste brasileiro, este com muito anseio por tal apoio, entretanto, sem renunciar sua soberania.

A figura criada na guerra não se restringe à única maneira de um país deixar sua “marca” no pós-guerra. A atuação efetiva nos planos de paz e reintegração internacional deixam efeitos necessários para a legitimação daquela nação, e nisso o Brasil se esforçou ao

entrar nas Guerras dos outros. Viabilizando, afora do apoio estadunidense, papel de liderança nas organizações internacionais a serem reafirmadas, com ambição na Sociedade das Nações Unidas, ainda que o único país da América Latina a declarar guerra à Alemanha, a elevação dos interesses nacionais na pentarquia global impossibilitou a representação brasileira como membro permanente do Conselho de Segurança.

Sob tal perspectiva, nota-se que uma postura neutra não sobrevive por muito tempo em potências emergentes, tendo em vista a fragilidade dos interesses nacionais quando comparados com os das grandes potências. O envolvimento como suporte atesta visibilidade no sistema internacional, criando uma imagem brasileira que perdura na contemporaneidade. A relevância de postura e discursos brasileiros com relação aos conflitos mundiais atuais e a forma como ecoam demonstram tal afirmativa.

Os princípios de pacifismo perante conflitos, cooperação, pragmatismo independente da sistemática interna, a liberdade comercial e a independência da inserção internacional são contemplações que correspondem a aspectos da participação brasileira nas guerras. Assim

o Brasil se mostra ao mundo como nação. A diplomacia contemporânea do país sustenta-se, ainda, nesses valores, assegurados por sua Carta Magna, que garante característica de permanência nacional e reproduz prerrogativa de confiança diante das inconstâncias da ordem internacional.

Por sua ação cooperativa o Brasil estabelece relações amigáveis com todo o globo, facilitando acordos que beneficiam o país, com destaque para os acordos comerciais. Exemplo disso se percebe pela participação do BRICS, onde abriga duas grandes potências globais, Rússia e China, e por relações com os Estados Unidos, este com posicionamentos opostos dos países anteriormente citados. Entretanto, essa diplomacia multilateral traz grandes responsabilidades e, em meio a conflitos, qualquer posicionamento brasileiro reflete no seu plano interno e no desenvolvimento econômico. Tal questão demanda que os representantes sejam comedidos em suas declarações públicas, evitando rompimento das relações de cooperação e integração internacional, além dos impactos no mercado.

Isso, todavia, não infere que o Brasil seja um país apático à posicionamentos, mas que uma postura ativista e de cunho ideológico no cenário internacional se

distingue da diplomacia pragmática tão arduamente conquistada pela atuação nas guerras. Esse pragmatismo visa os interesses do país e não de seus representantes políticos, busca relações e negociações que sejam vantajosas independente de conveniência individual partidária.

Vale destacar que o caráter expansionista sob influência de ideais nacionalistas ainda assume problemáticas na contemporaneidade. Incide um anseio por revanchismo e restauração de poder, principalmente territorial, que fragiliza as relações internacionais e põe em risco a iminência de uma nova guerra mundial. Identifica-se tal desequilíbrio nas ameaças russas, que apenas adquiriram intensidade nos últimos anos e foram tomadas com relevância pelas potências globais, visto o infortúnio que atinge a Europa. Mais uma vez a “pentarquia global” ignora as evidências de um conflito que por efeitos da globalização afeta todas as nações.

O discurso de que as potências não desejam hegemonia e mostram-se favoráveis à multipolarização se invalida quando comparado com situações de caráter tão realista quanto a anteriormente citada. A mesma postura identificada no fracasso da Liga das

Nações, ainda no pós-Primeira Guerra, de potências não se incorporando por não conter um poder forte ou centralizador se contrasta com o cenário atual, em que as principais hegemonias detêm a responsabilidade mais importante do poder de veto. Talvez esse tenha sido o único motivo pelo qual a Organização das Nações Unidas conseguiu superar o colapso da Liga das Nações.

Todavia, o poder garantido pelo direito de veto no Conselho de Segurança vê-se como insuficiente para países expansionistas e insatisfeitos com o status quo contemporâneo. A fragilidade dos interesses das potências marginalizadas nas Nações Unidas, que em sua maioria defendem princípios de pacifismo, põe a narrativa bélica mais em voga e dificulta a proposição de soluções pacíficas para conflitos e defesa da paz.

Quando se trata de forças e defesa nacional toda ordem e segurança internacional passam por um desmonte e, nesse sentido, a hegemonia se torna a melhor forma de defesa de sua nação. O sistema internacional sempre se caracterizou pela sua fluidez, hoje tal afirmativa não perde seu valor. Diante disso, impende ao Brasil obediência à sua diplomacia pragmática, princípios assegurados pela Carta Magna, que como defendido por Günter, elevou o prestígio

do país e está interligada à construção narrativa dos seus interesses.

NOTAS

¹ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Católica de Brasília.